

Trabalhadores elogiam retenção menor de imposto, mas...

Mais críticas do que elogios. Foi assim que os trabalhadores receberam o "pacote econômico". José Drumond, de 38 anos, cronanalista da Isopor, empresa química de São Caetano do Sul, ganha 3,4 milhões de cruzeiros por mês e, de acordo com as novas normas, sua renda líquida aumentará em 120 mil cruzeiros: "Pode parecer pouco, mas é uma quantia significativa para um orçamento apertado".

Argeu Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, também apoiou o "pacote", principalmente no aspecto referente à redução do Imposto de Renda aos assalariados de baixa renda. Mas alertou sobre outro

item: "O governo não pode permitir que o aumento da tributação das empresas seja repassado ao consumidor".

Já a Conclat distribuiu um comunicado exigindo que o governo retire do "pacote" uma determinação que considera absurda: o corte de 20% na contratação de serviços de terceiros. Segundo a entidade, essa ordem afeta diretamente os trabalhadores em limpeza — e causará, só no Estado de São Paulo, cerca de dez mil desempregos. A Conclat, em seu comunicado, fez até uma ameaça: convocar todos os trabalhadores para, juntos, lutarem "contra mais esse embrulho à classe operária".

Sílvio Costa, presidente do Sin-

dicato dos Professores de Goiás e coordenador da Conclat naquele Estado, foi bem mais crítico do que a entidade que coordena: "Realmente, há um dado positivo, que é o da redução do imposto nos menores salários. Mas a timidez do governo Sarney foi mais uma vez sentida, pois o 'pacote' nem tocou na questão central do problema: 'a de que salário não é renda'".

Costa disse que paliativos não resolvem, observando que a solução, "necessariamente, passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, rompimento com o FMI, reforma agrária e reajustes bimestrais de salários, que reponham a perda do poder aquisitivo do trabalhador".

Em Curitiba, o tesoureiro do Sindicato dos Petroleiros, Natalio Stika, criticou o item da devolução escabonada do imposto retido na fonte, "porque é dinheiro que a gente conta".

Stika teme que esta medida "seja mais uma da Nova República com modelo velho". Sobre o mesmo item, César Bassani, diretor do Sindicato dos Bancários, disse: "É uma decisão que lembra o Fundo 157, da Escola de Delfim Neto".

Everlindo Hekerlen, diretor do Dieese do Paraná, considerou que o "pacote" não atendeu às três principais reivindicações dos trabalhadores: trimestralidade, reposição salarial e, principalmente, a regionalização dos índices.